



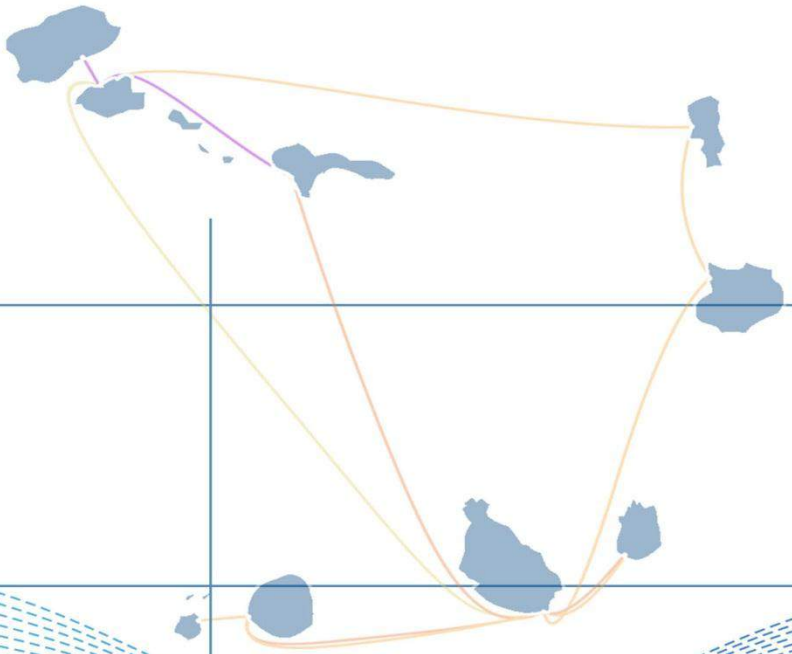







2014

Relatório & Contas



Conteúdo

1. Sumário Executivo 1
2. Indicadores Chaves 3
3. Órgãos Sociais 4
4. Estrutura Accionista 5
5. Principais Acontecimentos 5
6. Enquadramento Geral 5
7. Actividade Operacional 10
8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa 13
9. Recursos Humanos 13
10. Sistema de Informação 14
11. Análise Económica e Financeira 15
12. Perspectivas de evolução futura 20
13. Agradecimentos 22
14. Proposta de aplicação de resultados 23
15. Declaração de Cumprimento 24

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

III. PARECER DO FISCAL UNICO

1. Sumário Executivo

A Cabo Verde Fast Ferry, S.A. – CVFF, completou mais um ano de actividade, o seu quarto ano de operações efectivas, num ambiente económico de negócio que dá alguns sinais de recuperação, com um desempenho mais favorável do consumo, apesar das condições de financiamento continuarem a ser uma séria condicionante. Neste exercício, registou-se um significativo aumento do volume de negócio. No entanto, o fraco volume de tráfego dos novos destinos, influenciou negativamente os resultados obtidos.

Dos grandes desafios para a empresa neste ano, nomeadamente o seu efectivo realinhamento e saneamento financeiro, bem como o acesso e viabilização do seu refinanciamento, ficaram por se concretizar quando, ao longo do ano, os processos encetados junto das tutelas e parceiros estratégicos, ficaram por concluir. De ressaltar, no entanto, o estancamento do escalar do endividamento com o cumprimento do contrato de construção das duas embarcações do projecto.

No final do primeiro trimestre, a CVFF finalmente recebeu a segunda unidade, o LIBERDADI, fechando assim o contrato de construção com a DAMEN, ao mesmo tempo que retomava os trabalhos de reparação da terceira unidade, o PRAIA D'AGUADA, com vista ao reforço e consolidação da sua frota. No mercado nacional, inaugurou mais uma nova linha, escalando as Ilhas de Santo Antão e de São Vicente com a operação da nova unidade da frota, o LIBERDADI, concretizando o projecto inicial, e passando a servir seis (6) das nove (9) Ilhas, com frequência e regularidade.

Com o crescimento e a expansão das actividades para as Ilhas de Barlavento, a nível interno, a reorganização e contínuas melhorias funcionais dos serviços, bem como dos instrumentos e medidas de controlo, continuaram a ser um constante desafio para administração, resultando em ganhos no desempenho e melhoria dos indicadores de gestão.

A actividade da empresa durante o ano, com a exploração de duas unidades operacionais, caracterizou-se por um significativo aumento dos proveitos, e um ligeiro aumento do lucro operacional bruto. Contudo, estes crescimentos não foram suficientes para a melhoria dos resultados operacionais e resultados líquidos, fortemente influenciados pelo fraco início de actividade da nova embarcação e o peso excessivo do financiamento inicial.

Persiste a falta de disponibilidade de infra estruturas adequadas - rampas nos portos das Ilhas Orientais - de forma a alargar-se os itinerários e a cobertura do mercado nacional, o que continua a condicionar o resultado do esforço contínuo de melhoria de performance operacional da empresa, e de uma eficiente utilização dos seus recursos.

Os principais acontecimentos registados durante o exercício continuam a demonstrar a mobilização e o engajamento de todos os interesses e actores, no seu papel individual, Obrigacionistas, Accionistas, o Estado de Cabo Verde e todas as Entidades e Instituições com quem a CVFF interage na busca da concretização dos seus grandes objectivos, especialmente o da sua recuperação financeira.

Continua a ser de relevo o papel do Estado de Cabo Verde e suas diversas instituições no impulsionar das acções que conduziram a concretização dos acontecimentos do ano, e que contribuem significativamente para a busca de soluções para o realinhamento da Empresa. É com a implementação da Carta de Politica de Transportes que o Estado, ao reorganizar o sector marítimo, com a regulamentação, em particular, da concessão dos transportes marítimos inter-ilhas, melhora a perspectiva do desenvolvimento e da exploração desta actividade económica.

Com os desenvolvimentos globalmente pouco favoráveis no corrente ano, para a CVFF continua a ser imperativa a mobilização de mais recursos para o seu efectivo equilíbrio financeiro. No entanto, a perspectiva concreta das concessões e a resultante justa compensação pelo serviço público que a empresa tem vindo a prestar, como um verdadeiro actor social, no desenvolvimento das suas actividades, deve contribuir para a viabilização do negócio e o objectivo principal de se posicionar no mercado e no sistema nacional de transporte como um operador de referência na prestação de serviço de transporte marítimo, continuando a se afirmar como um incontornável operador na intermodalidade e dentro da cadeia logística.

2. Indicadores Chaves

BALANÇO	2014	2013	2012
Activo Corrente	46 936	103 661	27 454
Activo não corrente	1 783 416	1 769 146	1 685 742
Activo Total	**1 830 352**	**1 872 807**	**1 713 196**
Capital Social	110 000	110 000	51 492
Prestação suplementares	22 962	22 962	1 470
Resultado Transitado	(551 794)	(424 878)	(227 997)
Resultado líquido	(148 263)	(126 916)	(196 881)
capital próprio	**(567 095)**	**(418 832)**	**(371 916)**
Passivo Corrente	521 958	440 015	593 869
Passivo não corrente	1 875 489	1 851 624	1 491 243
Passivo Total	**2 397 447**	**2 291 639**	**2 085 112**
RESULTADOS	**2014**	**2013**	**2012**
Volume do Negocios	394 965	242 935	211 865
EBITDA	101 258	81 398	21 464
Resultados Operacionais	4 707	27 214	(32 755)
Resultados Líquidos	(148 263)	(126 916)	(196 881)
FLUXO DE CAIXA	**2014**	**2013**	**2012**
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	84 697	53 094	39 155
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(95 453)	(366 639)	(2 629)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(59 420)	383 826	(39 917)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(70 176)	70 280	(3 390)
INDICADORES DE RENDIBILIDADE	**2014**	**2013**	**2012**
ROA	-8,1%	-6,8%	-11,5%
ROS	-37,5%	-44,8%	-92,9%
EBITDA MARGIN	25,6%	33,5%	10,1%
EBIT MARGIN	1,2%	11,2%	-15,5%
INDICADORES DE ACTIVIDADE	**2014**	**2013**	**2012**
Rotação do activo	0,22	0,13	0,12
Rotação dos clientes	24,93	44,72	32,11
INDICADORES DE LIQUIDEZ	**2014**	**2013**	**2012**
Liquidez reduzida	0,09	0,25	0,05
liquidez imidiata	0,03	0,23	0,00
INDICADORES DE SOLVABILIDADE	**2014**	**2013**	**2012**
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	139%	126%	133%
Estrutura de Endividamento (Capitais alheios cp /capitais alheios lp)	8%	9%	1%
Autonomia Financeira (Capital Próprio /Activo)	-0,31	-0,22	-0,22
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	-0,24	-0,18	-0,18
Cobertura dos encargos financeiros	66%	53%	13%

3. Órgãos Sociais

Os órgãos Sociais da Cabo Verde Fast Ferry, S.A., têm a seguinte composição:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Augusto Vasconcelos Lopes

Vice-presidente: Câmara Municipal dos Mosteiros, representado pelo senhor Fernandinho Teixeira

Secretário: Câmara Municipal de Santa Catarina-Fogo, representada pelo senhor João Aqueleu Barbosa Amado.

Fiscal Único

Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, Ld.ª, representada pelo senhor Carlos Manuel Sim Sim Maia

Suplente: Amando José Carvalho Ferreira Rodrigues

Concelho de Administração

Presidente: Paiva Jorge do Rosário

Administrador Operacional: Nelson Gee Gregor,

Administrador Financeiro: Aniceto João Silva Soares

4. Estrutura Accionista

O capital social é de Cento e Dez Milhões de Escudos, totalmente realizada, representada por 110.000 acções com o valor nominal de 1.000$00 cada uma, dividido da seguinte forma:

Entidades	Número de Acções	%
Estado de Cabo Verde	58.508	53,19%
Nelson Gregor	22.722	20,66%
SOC. Vasconcelos Lopes, Lda.	10.670	9,70%
EDITUR, SA	8.000	7,27%
Agnelo Andrade	5.000	4,55%
Município de Brava	2.200	2,00%
Município de Santa Catarina Fogo	1.200	1,09%
Município de Mosteiros	1.100	1,00%
Município de São Filipe	600	0,55%
	110.000	**100%**

5. Principais Acontecimentos

- Retoma dos Trabalhos de Reparação do navio PRAIA D´AGUADA
- Preparação para Lançamento de Novas Rotas - Barlavento
- Expansão das Actividades da CVFF Novas Ligações
- Novas Agencias em São Vicente e Santo antão
- Chegada do navio LIBERDADI em Cabo Verde
- Entrada em operação do navio LIBERDADI
- Expansão das Actividades da CVFF Operação de Espaços para Cargas
- Preparação da Docagem e Grande Reparação do KRIOLA

6. Enquadramento Geral

6.1. Ambiente Económico Internacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

A economia global demonstrou uma tendência de abrandamento do crescimento nos últimos meses de 2014, depois de ter registado máximos em meados do ano. Este abrandamento é resultado do contínuo abrandamento dos sectores da indústria e dos serviços.

De acordo com fontes oficiais, a dinâmica económica global, nesse período, foi suportada pelo forte e sustentado crescimento das grandes economias como a dos Estados Unidos, Reino Unido e Irlanda, enquanto a zona Euro manteve a sua desaceleração, apresentando

uma inflação de 0,3%, nos meses mais recentes. As economias emergentes apresentaram um cenário de contracção.

Relativamente ao mercado das matérias-primas, este apresentou um perfil de queda nos preços, influenciado pelo excesso de oferta. Nos produtos alimentares, a descida dos preços de alguns produtos sustentaram a diminuição global dos preços, dado que outros produtos aumentaram ou mantiveram preços extremamente altos.

6.2. Ambiente Económico Nacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

Os dados mais recentes sobre a evolução no ambiente económico nacional demonstram sinais de recuperação na procura interna enquanto a procura externa continuou a evoluir desfavoravelmente. Internamente, a queda dos preços e o aumento das remessas dos emigrantes, contribuiu para algum aumento do rendimento disponível das famílias, o que explica o desempenho mais favorável do consumo.

O acentuado crescimento em termos acumulados, do indicador da formação bruta de capital fixo, ao longo do ano de 2014, é determinado pelo aumento expressivo das importações de bens de construção, de equipamentos e de materiais de transporte. Os investimentos das empresas públicas e dos investidores externos têm suportado a recuperação do indicador. No entanto, as condições de financiamento externas e internas continuaram a condicionar a performance do sector privado nacional.

A procura externa líquida apresentou-se com sinais de evolução desfavorável, com a queda das receitas do turismo e o aumento das importações de mercadorias.

A inflação média anual fixou-se em -0,2%, embora tenha-se registado pressões ascendentes nos preços de bens dominantes do índice de preço cabo-verdiano, isto, devido ao impacto do mau ano agrícola.

Relativamente a evolução do crédito interno, nos meses mais recentes nota-se que houve um crescimento do crédito ao Sector Público Administrativo (22,3%), enquanto o crédito à economia apresentou uma tendência descendente, devido a diminuição dos empréstimos concedidos às empresas dos ramos de construção e obras públicas, dos transportes aéreos e comunicações, das indústrias transformadoras e de restaurantes e hotéis. Nota-se, portanto, a redução das taxas de juro efectivas nas operações de crédito de curto e longo prazo.

6.3. Ambiente da indústria

6.3.1. Infraestruturas

Em relação a infra-estruturas portuárias, é de registar a colocação das rampas metálicas no Porto Grande e no Porto Novo, apesar de se ter iniciado a colocação da primeira no dia da chegada do Navio LIBERDADI e a instalação da segunda só ficou concluída no mês de Julho, colocando constrangimentos no início das operações na região norte.

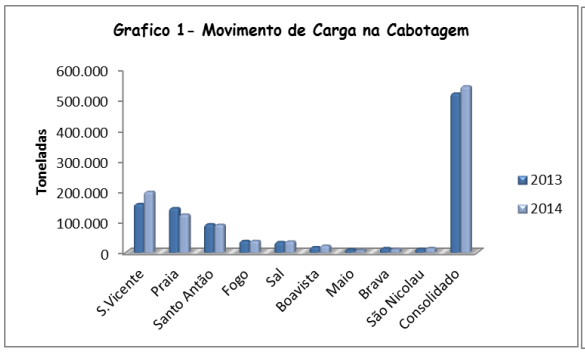
De acordo com a ENAPOR, estão a ser conduzidos estudos e projectos para o porto do Maio em Pau Seco e expansão do porto de Tarrafal de São Nicolau. No caso do Maio significa, por um lado, que está em andamento uma solução para a situação do porto e, por outro, que ainda decorrerão alguns anos até serem criadas as condições para os Ferries da CVFF escalarem o porto do Maio.

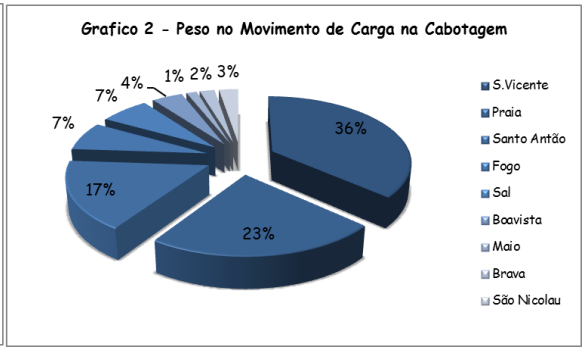
De realçar ainda os trabalhos de expansão do porto de Sal-Rei e do porto de Palmeira, sem, no entanto, contemplar a colocação de rampas metálicas reguláveis, por forma a permitir a operação dos Ferries da CVFF.

6.3.2. Mercado

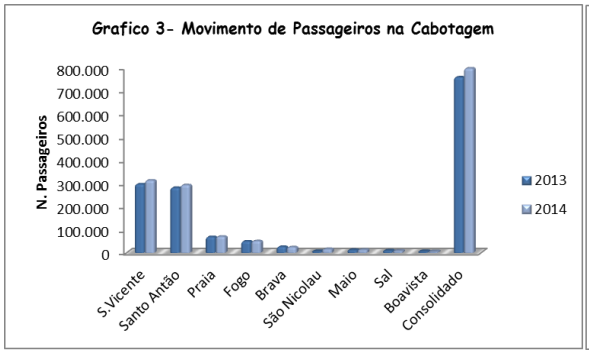
Segundo dados da ENAPOR, em 2014 o mercado de cabotagem foi caracterizado pela retoma do crescimento no tráfego de mercadorias e pela inversão da tendência de diminuição no trafego de passageiros, que se vinha registando desde 2012.

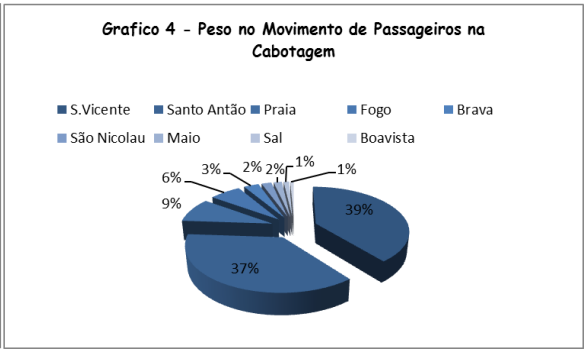
Em relação ao tráfego de mercadorias na cabotagem (excluindo os graneis líquidos e mercadorias em trânsito) registou-se um crescimento de 4,5%, tendo atingido 543 mil toneladas. De realçar a evolução ocorrida nos portos servidos pela CVFF, nomeadamente: o crescimento no Porto Grande de 25 % e em São Nicolau de 28%; a variação negativa no porto da Praia de 14,5 % e de 19,6 % no porto da Furna (Brava).





Quanto ao movimento de passageiro (excluindo os passageiros em trânsito) registou-se um crescimento de 5%, tendo atingido 797.687 passageiros. Esta evolução positiva verificou-se na maioria dos portos, com excepção da Boavista, Brava e Sal.





De assinalar o crescimento de 143% do trafego de passageiros no porto de Tarrafal-São Nicolau, explicado pela melhoria das ligações marítimas nesta ilha, promovida pela Cabo Verde Fast Ferry, ao garantir duas ligações semanais à São Vicente com o LIBERDADI e uma ligação quinzenal (semanal nas épocas altas) à Praia com o KRIOLA.

6.3.3. Concorrência

Durante o ano de 2014, pelos infelizes acontecimentos ocorridos, a frota de navios na cabotagem sofreu uma redução, tendo perdido parte dos navios ro/ro.

Assim, os concorrentes directos resumiram-se aos navios RO/RO MAR D´CANAL e VICENTE e 2 mistos de passageiros e cargas (SOTAVENTO e DJON DADE).

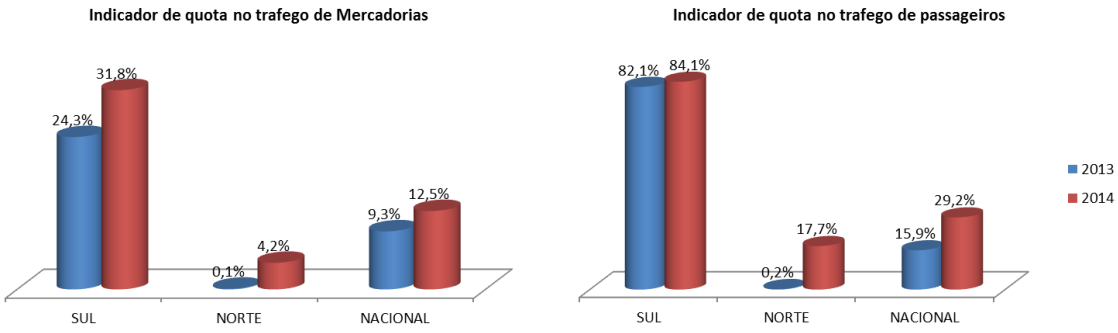
A nível interno, com a recepção em Abril de 2014 do navio LIBERDADI, a Cabo Verde Fast Ferry reforçou a sua frota, já constituída pelo KRIOLA e pelo PRAIA D´AGUADA. Este último a sofrer profundas intervenções de reconstrução e reposição de estado nos estaleiros da CABNAVE.

Em relação à concorrência, os estudos de reestruturação do sector de transporte marítimo de cabotagem, propõe, de entre outras medidas, a criação de duas concessões para garantir um serviço público sustentável e de qualidade, o que vai disciplinar e regular a actuação dos vários actores do sector.

6.3.4. Posição no sector marítimo

O ano de 2014 foi um ano importante na consolidação do projecto da Cabo Verde Fast Ferry SA, pois foi o ano em que a Companhia recebeu o seu segundo Ferry, LIBERDADI, o que para além do concretizar de um sonho, reforçou e dinamizou as operações marítimas inter-ilhas com ligações frequentes e regulares na região do Barlavento, ligando as ilhas de Santo Antão e São Vicente duas vezes por dia, São Vicente e São Nicolau com frequências de duas a três viagens semanais, dinamizando a economia na região norte do Pais, a par do que já acontece na região sul desde 2011, com o KRIOLA. Com o alargamento das rotas da CVFF a seis dos nove principais portos de Cabo Verde, ligando Santo Antão a Brava, a empresa vai, paulatinamente, aproximando se do objectivo de ser o maior operador nacional de transporte marítimo inter-ilhas a nível de frota, rotas servidas e quota de mercado.

Os gráficos abaixo apresentam o peso do tráfego atendido pela CVFF no tráfego de passageiros e mercadorias nas rotas servidas e a nível nacional.



Nos portos escalados da zona sul (Praia, Fogo e Brava), a CVFF melhorou a sua posição de líder no segmento dos passageiros e ganhou quota no segmento de mercadorias, tendo sido responsável pelo transporte de 84,1 % do tráfego de passageiros e 31,8% do tráfego de mercadorias.

Na zona norte, onde existe o domínio de um operador na ligação com maior peso, a CVFF conseguiu uma razoável penetração no segmento de passageiro nos primeiros nove meses de

operação do LIBERDADI na rota Santo Antão-São Vicente-São Nicolau, tendo transportado 17,7 % do tráfego de passageiros e 4,2% do tráfego de mercadorias.

O tráfego transportado na zona sul e na zona norte, corresponde a uma quota de mercado nacional de 29, 2 % no trafego de passageiros (15,9% em 2013) e de 12,5% no trafego de mercadorias (9, 3% em 2013).

7. Actividade Operacional

7.1. Movimentação de Mercadorias Região Sul.

Em 2014 a actividade da empresa no que se refere ao tráfego de mercadorias na região Sul do Pais registou um aumento de 9.1% quando comparado com o ano de 2013, o que representa em termos quantitativos cerca de 25.982 toneladas de carga transportada (23.806 em 2013).

Esta variação positiva da procura dos serviços da CVFF ocorreu em praticamente todos os percursos, exceptuando o percurso PRAIA-BRAVA que sofreu uma redução de 17,7%.

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL
2012	862	1.411	6.597	10.191	3.562	1.771	24.394
2013	1.398	2.026	6.348	8.833	2.969	2.232	23.806
2014	1.475	2.023	8.004	9.771	2.444	2.264	25.982
Variação	5,5%	-0,2%	26,1%	10,6%	-17,7%	1,4%	9,1%

Quadro Evolução - Trafego de Mercadorias

7.2. Movimentação de passageiros região sul

Quanto ao tráfego de passageiros na região Sul, registou-se em 2014 uma diminuição de 1.7% em relação ao ano anterior, com um total de 58.478 passageiros transportados. Houve diminuição em quase toda as rotas, exceptuando a linha Praia – Fogo que registou um crescimento residual de 0.8%, e na linha Fogo – Praia com um ligeiro aumento de 1.9%.

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL
2012	9.643	4.899	17.014	16.844	4.555	9.379	62.334
2013	8.495	4.450	17.419	16.540	4.251	8.337	59.492
2014	8.317	3.978	17.752	16.677	3.814	7.940	58.478
Variação	-2,1%	-10,6%	1,9%	0,8%	-10,3%	-4,8%	-1,7%

Quadro Evolução - Trafego de Passageiros

7.3. Movimento do Navio região sul

Em relação ao movimento do navio, salvaguardou-se o compromisso contratual inicial assumido com o Estado de Cabo Verde em assegurar o serviço público, garantindo o mínimo de ligações estipulado entre as Ilhas da Brava – Fogo – Praia!

E nessa base, ajustando o número de viagens à oscilação do mercado ao longo do ano, registou-se uma diminuição de 1.7% em termos de viagens face ao ano anterior, totalizando 1233 deslocações contra os 1254 do ano de 2013, com o percurso Brava-Fogo a registar um aumento de 3.1% e Fogo-Brava a registar uma diminuição de 6.3%.

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL
2012	249	213	215	213	215	249	1.354
2013	256	185	186	186	185	256	1.254
2014	264	183	182	183	181	240	1.233
Variação	3,1%	-1,1%	-2,2%	-1,6%	-2,2%	-6,3%	-1,7%

Quadro Evolução - Movimento Navio

7.4. Movimentação de Mercadoria região norte

A actividade da Empresa referente ao transporte de mercadorias nos primeiros meses de operação na região norte foi limitada devido ao atraso na colocação das rampas, que não coincidiu com o início das viagens do LIBERDADI. De registar uma movimentação de mercadorias na ordem de 4.843 toneladas de carga transportada, sendo que entre Santo Antão e São Vicente houve maior tráfego, com 2029 toneladas transportadas.

Ano	S.Antão S.Nicolau	S.Nicolau S.Antão	S.Antão S.Vicente	S.Vicente S.Antão	S.Vicente S.Nicolau	S.Nicolau S.Vicente	TOTAL
2014	7	9	2.029	1.283	777	738	4.843

Quadro Trafego de Mercadorias

Em relação ao tráfego de mercadorias entre Praia – São Nicolau – São Vicente, houve, como era de se esperar, um aumento significativo, o que representa 3.205 toneladas de carga transportada, face às 323 toneladas registada no ano anterior, representando assim um aumento percentual de 892%. Entre Praia e São Nicolau, a linha registou maior movimentação, com 1448 toneladas transportadas.

Ano	Praia S.Nicolau	Praia S.Vicente	S.Nicolau Praia	S.Vicente Praia	Total
2013	-	-	-	-	323
2014	1.448	415	1.150	191	3.205
Variação	-	-	-	-	892,2%

Quadro Trafego de Mercadorias

7.5. Movimentação de Passageiros Região Norte

Com a chegada do LIBERDADI no mês de Abril de 2014, as Ilhas do Norte principalmente Santo Antão, São Vicente e São Nicolau passaram a beneficiar dos serviços regulares da CVFF.

Nesse primeiro ano de actividade, o LIBERDADI transportou, entre essas três Ilhas, 51.835 passageiros. No percurso Santo Antão - São Vicente registou o maior volume com um total de 21.425 passageiros.

Ano	S.Antão S.Nicolau	S.Nicolau S.Antão	S.Antão S.Vicente	S.Vicente S.Antão	S.Vicente S.Nicolau	S.Nicolau S.Vicente	TOTAL
2013					240	126	366
2014	151	306	21.425	15.578	7.136	7.239	51.835

Quadro Trafego de Passageiros

Na rota Praia – São Nicolau – São Vicente, operacionalizada pelas duas unidades, registou-se um aumento percentual de 86% face ao ano anterior, o que representa 6.313 passageiros transportados, resultado do estabelecimento de um serviço regular.

Ano	Praia S.Nicolau	Praia S.Vicente	S.Nicolau Praia	S.Vicente Praia	Total
2013	254	59	210	7	530
2014	1.357	1.980	1.577	1.399	6.313
Variação	-	-	-	-	86%

Quadro Evolução - Trafego de Passageiros

7.6. Movimentação de Navio Região Norte

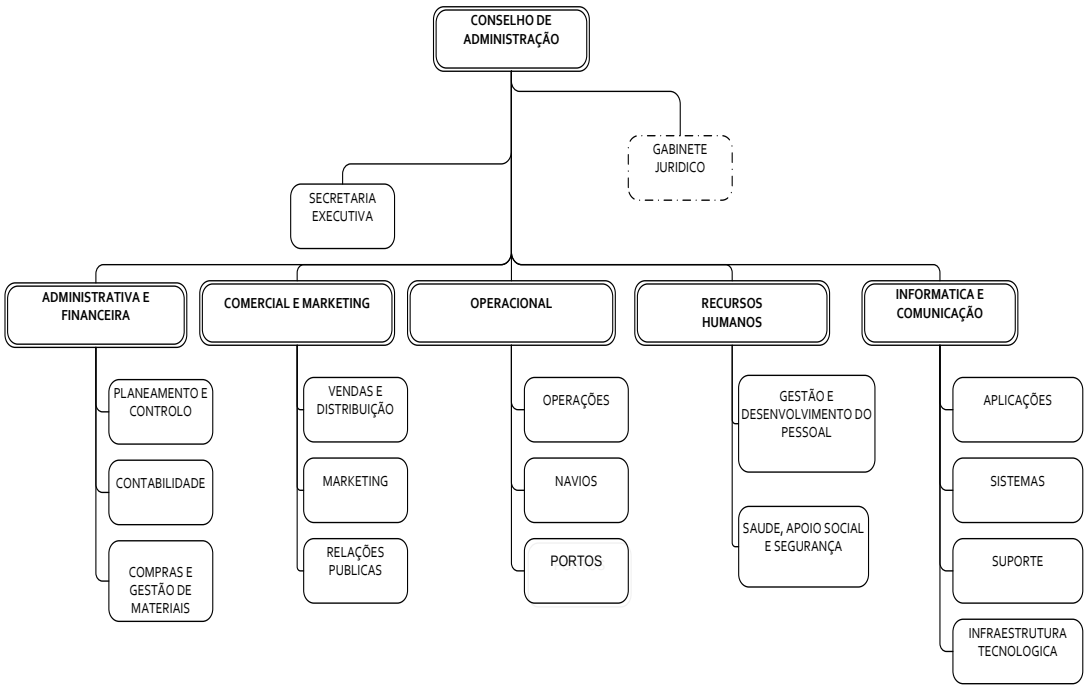
Na zona norte, o LIBERDADI, garantiu cerca de 1.019 ligações entre as ilhas de Santo Antão, São Vicente, e São Nicolau, conforme ilustra o quadro abaixo:

Ano	S.Antão S.Vicente	S.Vicente S.Antão	S.Vicente S.Nicolau	S.Nicolau S.Vicente	TOTAL
2014	431	426	81	81	1.019

Quadro Movimento Navio

Para garantir a ligação da zona norte com a zona sul, optou-se por fazer coincidir as escalas dos dois navios em São Nicolau, com uma periodicidade quinzenal nas épocas baixas e semanal nas épocas altas, tendo registado cerca de trinta ligações entre Santiago e São Nicolau.

8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa



9. Recursos Humanos

Na gestão dos Recursos Humanos, a empresa registou uma intensa actividade, directamente relacionada com as mudanças, ditadas pela expansão da actividade, lançamento de operações de novas rotas, de serviços de agenciamento, e de tratamento de cargas em espaços próprios.

No final do ano, o Quadro do Pessoal apresentava um total de 61 colaboradores no activo, sendo 45 do quadro efectivo. Do total, 26 foram novas admissões levadas a cabo pela CVFF. Essas admissões tiveram por base a chegada do navio LIBERDADI em Cabo Verde, e a criação de mais postos de trabalho, nomeadamente, com a sua operacionalização, e nas ilhas

de São Vicente e Santo Antão, onde foram estabelecidas novas agências. Em relação a São Nicolau, a empresa optou pela terciarização dos serviços.

Com o início das operações do LIBERDADI, reorganizou-se a bolsa de tripulantes que vinham satisfazendo as necessidades da CVFF com as operações do KRIOLA, transferindo parte dessa tripulação para o novo navio, garantindo uma equipa já familiarizada com esta tipologia de embarcações.

A evolução e distribuição dos efectivos são ilustradas nos quadros que se seguem:

Área		2012	2013	2014
Administração	Financeiro	2	2	3
	Comercial	1	1	0
	Informática e Marketing	1	2	2
	Recursos Humanos	1	1	1
Operacional / Agências	MOC	3	2	2
	Plateau	2	2	3
	Porto Praia	3	3	3
	Porto Fogo	3	3	3
	Porto Brava	2	2	2
	Mindelo	0	0	3
	Porto Novo	0	0	3
Unidades Marítimas	KRIOLA	14	12	12
	LIBERDADI	0	0	8
	PRAIA D'AGUADA	0	0	0
Total		32	30	45

Quadro de evolução - Efectivos por Área de Serviço

Formação	2012	2013	2014
Ensino Primário	3	3	3
Ensino Secundário (12°)	11	12	14
Formação profissional	4	3	5
Bacharel	4	3	6
Curso Superior	10	9	17
Total	32	30	45

Quadro de Efectivos - Qualificação

Quadro de Efectivos - Genêro

Gênero	2012	2013	2014
Femenino	8	10	18
Masculino	24	20	27
Total	32	30	45

Quadro de Efectivos - Genêro

Nos novos processos de recrutamentos primou-se pela contratação de quadros com formação específica para esta área de actividade, o que resulta numa melhoria global da qualificação dos seus colaboradores.

10. Sistema de Informação

O ano de 2014 fica marcado pela expansão das actividades da empresa, com a chegada do navio "LIBERDADI", aumentando assim as exigências no quesito sistemas de informações.

Novas agências foram estabelecidas na zona Norte, com o necessário investimento em novos recursos tecnológicos, executando-se o plano de aquisição de equipamentos

Além das estruturas físicas e dos equipamentos, levou-se a cabo sessões de treinamento e familiarização para os novos colaboradores, com vista à utilização dos sistemas, conhecimento das políticas de utilização, e a segurança da Informação e dos Equipamentos.

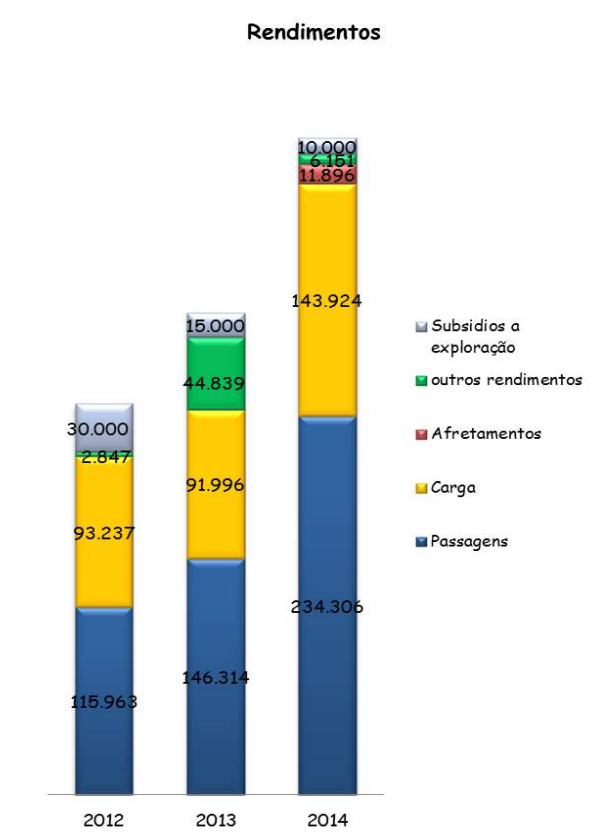
A nível de Sistema de Informação, 2014 foi um ano onde se continuou a registar relevantes melhorias, com a expansão das actividades, através das intervenções no aprimoramento dos Softwares de Gestão, Venda de Bilhetes e Ordens de Embarque, e da melhoria da Comunicação com adopção de novos pacotes de Internet, Voz e Serviços Móveis.

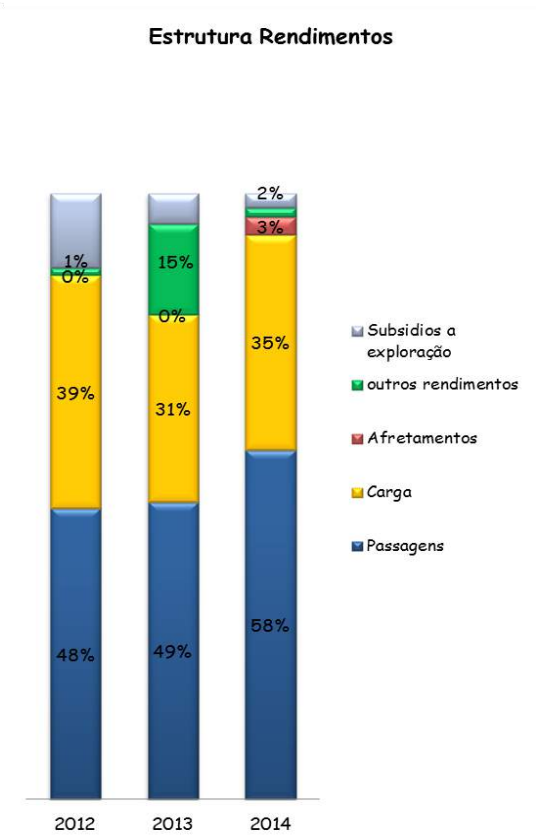
A procura constante por soluções inovadoras, que melhor satisfaçam as necessidades dos clientes e da própria empresa em termos de controlo e gestão, continuarão a ser prioridade para uma prestação de serviço de qualidade.

11. Análise Económica e Financeira

11.1. Situação Económica

A actividade da empresa em 2014, foi fortemente influienciada pela entrada em operações do navio LIBERDADI e a abertura de novas rotas, com impacto no crescimento dos rendimentos e dos gastos.





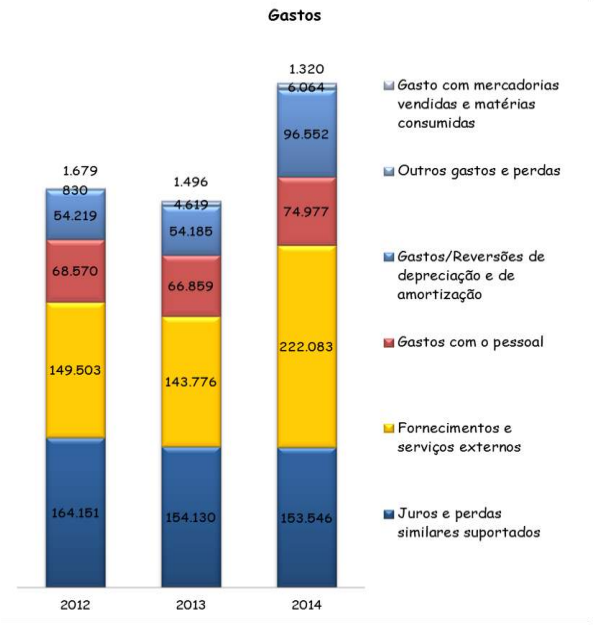
Em relação aos rendimentos, regista-se um crescimento de 36% em relação a 2013 (mESC 298 150), tendo atingido o montante de mESC 406 278. Com destaque positivo para o crescimento de 60% na prestação de serviço de transporte de passageiros e de 56% no serviço de transporte de carga, rendimentos da actividade normal da empresa, que foi suficiente para cobrir as reduções nas outras rubricas de rendimento e ainda permitiu o crescimento global verificado.

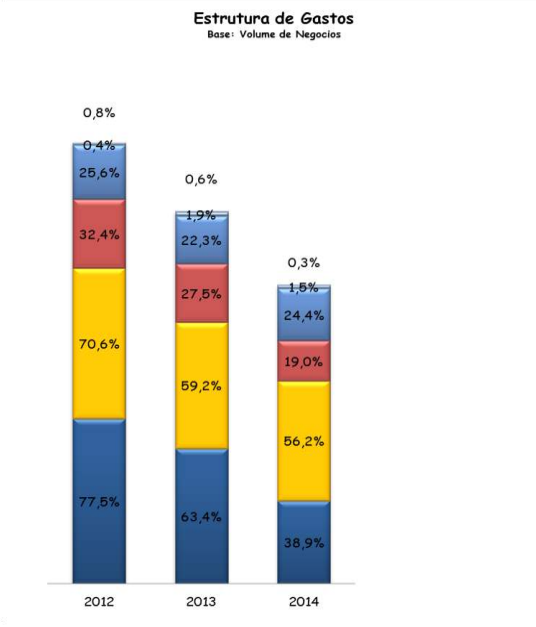
Regista-se a redução de 33% nos valores recebidos do Estado como indemnização compensatória pela prestação do serviço público no percurso Praia-Fogo-Brava. A mesma resulta do contrato que estipula compensações decrescentes ao longo do período da concessão que termina em 2015.

O valor registado na rubrica de afretamentos, corresponde ao reconhecimento, em Dezembro de 2014, de um contrato de afretamento assinado com o Estado no sentido de se fazer duas viagens extras semanais para aumentar a frequência das ligações com a ilha do Fogo por via marítima, devido à suspensão temporária das ligações aéreas, enquanto prevaleceu a situação de contingência da referida ilha derivada da erupção vulcânica.

A diminuição verificada nos outros rendimentos e ganhos está relacionado com a consideração, em 2013, de um rendimento extraordinário, resultado das negociações com a DAMEN que conduziram à redução da dívida dos juros de mora no valor mESC 39 894.

No que tange aos gastos, os gráficos abaixo apresentam a sua evolução e estrutura:





Os Gastos com mercadorias vendidas e materiais consumidos, representados na sua totalidade pelos gastos de aquisição dos produtos vendidos a bordo do KRIOLA, atingiram o montante de mESC 1 320 (mESC 1 496 em 2013).

Quanto aos gastos com fornecimento e serviços de terceiros, a introdução de um serviço regular entre as ilhas de Santo Antão, São Vicente, e São Nicolau, além do aumento das frequências entre Santiago e São Nicolau, como é natural, implicou num aumento significativo dos gastos directos da operação, nomeadamente:

- O gasto com combustível, cujo peso nos FSE é de 63%, atingiu o montante de mEsc 139 535 (mESc 78 928 em 2013), o que representa um crescimento de 77%, num ano de comportamento favorável do preço dos combustíveis;

- Nos gastos com serviços portuários, que incluem AMP e a ENAPOR, registou-se o montante de mEsc 35 252 (mEsc 21 127 em 2013), o que corresponde a um crescimento de 67%; estes gastos são influenciados pelo número e tempo de escalas nos portos e, também, pela quantidade de passageiros e carga transportados;

- As comissões pagas às agências atingiram o montante de mEsc 8 111 (mEsc 4.498), o que corresponde a um crescimento de 80 %, acompanhando assim o sentido da evolução da venda de bilhetes de passagem;

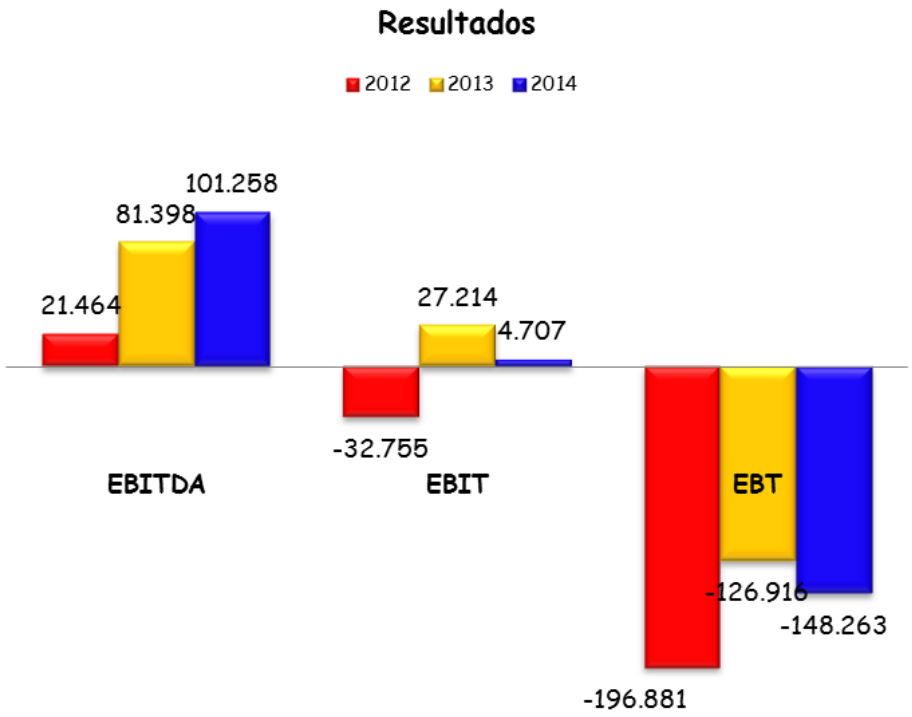
- As rendas e alugueres cresceram cerca de 42%, resultando maioritariamente da necessidade de aluguer de viaturas para atender ao transporte de carga, principalmente nas ligações entre Santiago, São Nicolau, e São Vicente.

Nos gastos com o pessoal, que se situaram em mESC 74 977 (mESC 66 859 em 2013), o impacto foi moderado, na medida em que, por um lado, se aproveitou e geriu-se a bolsa de tripulantes para cobrir as necessidades do KRIOLA e armar o LIBERDADI, e, por outro, optou-se por ter um pessoal mínimo nas agências de São Vicente e Santo Antão, enquanto em São Nicolau, onde as frequências são reduzidas, recorreu-se à terceirização dos serviços, resultando num crescimento destes gastos em 12%.

De realçar um aumento de 78% face ao ano anterior nos gastos com depreciação e de amortização (mESC 96 552 em 2014; mESC 54 186 em 2013), justificada pela contabilização, a partir de Abril de 2014, das depreciações do navio LIBERDADI.

Os juros suportados com os empréstimos dos obrigacionistas, da CECV, do RABOBANK e da DAMEN, mantiveram-se praticamente no mesmo patamar em relação ao ano anterior: mESC 155 344 (mESC 154 130 em 2013).

No exercício de 2014 a cabo Verde Fast Ferry registou um resultado líquido negativo de mESC 148 263, representando um agravamento de 17% face ao ano anterior. Este agravamento de resultado reflecte essencialmente a contribuição negativa do início das operações do LIBERDADI, e o serviço de linhas reconhecidas como deficitárias, como adiante se explicita:



Em relação ao EBITDA, a Cabo Verde Fast Ferry continua a registar uma evolução positiva do desempenho operacional face ao período homólogo, crescendo 24,4%. No entanto, as operações nas rotas servidas pelos dois navios tiveram impactos em sentidos opostos.

A introdução de um serviço regular entre as ilhas do norte servidas pelo LIBERDADI, atendendo que se trata de entrada em um novo mercado, onde existem concorrentes com posições consolidadas, e à semelhança do que aconteceu no primeiro ano das ligações nas ilhas do sul servidas pelo KRIOLA, teve um impacto imediato e de maior amplitude no

crescimento dos gastos e paulatina e de menor amplitude nos rendimentos, resultando numa contribuição negativa na formação do EBITDA.

Nas rotas servidas pelo KRIOLA, onde a CVFF tem uma posição de domínio, continua a verificar se a melhoria das operações, tanto a nível de rendimentos, como dos gastos, tendo a sua contribuição sido suficiente para cobrir o impacto negativo do LIBERDADI, compensar o impacto do reconhecimento de um rendimento extraordinário em 2013 e permitir o crescimento verificado no EBITDA.

O EBIT, com o aumento registado nas amortizações face a 2013, derivado do reconhecimento da amortização do navio LIBERDADI na ordem dos mESC 41 708, registou um valor ainda positivo na ordem dos mESC 4 707 (27 214 em 2013), o que representa uma quebra de 83% em relação ao ano anterior.

Quanto ao EBT, verifica-se um agravamento de 17% face ao ano anterior. A Cabo Verde Fast Ferry continua a registar prejuízos, em 2014, totalizando cerca de mESC 148 263 (mESC 126 916 em 2013). Apesar da evolução positiva das operações da empresa e da introdução de novas rotas, reflectida na situação de EBITDA positivo, salvaguardando o impacto do reconhecimento das depreciações do LIBERDADI no EBIT, estas continuam a ser insuficientes para cobrir os gastos financeiros relacionados com o financiamento do investimento nas duas unidades.

11.2. Situação patrimonial

No final de 2014 a posição patrimonial da Cabo Verde Fast Ferry apresenta as seguintes variações:

BALANÇO	31-12-2014	31-12-2013	Δ Val 14/13	Δ % 14/13
Activo não corrente	1 783 416	1 769 146	14 270	0,8%
Activo corrente	46 936	103 661	(56 726)	-55%
ACTIVO TOTAL	**1 830 352**	**1 872 807**	**(42 456)**	**-2%**
Capital realizado	110 000	110 000	-	0%
Prestações suplementares	22 962	22 962	-	0%
Resultados transitados	(551 794)	(424 878)	(126 916)	30%
Resultado líquido	(148 263)	(126 916)	(21 348)	17%
CAPITAL PRÓPRIO	**(567 095)**	**(418 832)**	**(148 263)**	**35%**
Passivo não corrente	1 875 489	1 851 624	23 866	1%
Passivo corrente	521 958	440 015	81 943	19%
PASSIVO TOTAL	**2 397 447**	**2 291 639**	**105 809**	**5%**

Activo não corrente – A variação apresentada nesta rúbrica decore essencialmente do valor das depreciações anuais (mESC 96.552), das variações do activo fixo, contemplando as aquisições (investimento) no valor de mESC 110.822. De realçar o seguinte: transferência de activo em curso para activo firme, de mESC 945.769, correspondente ao valor atribuído ao navio LIBERDADI; realização de investimentos em equipamento básico no montante de mESc 106.491, relacionados maioritariamente com os trabalhos de reparação do navio PRAIA D´AGUADA.

Activo corrente – a variação mais significativa nesta rubrica decorre da redução das disponibilidades (mESC 12.784 em 2014, mESC 94.961 em 2013) para atender aos compromissos durante o ano.

Capital próprio – esta rúbrica apresenta valores negativos na ordem dos mESC 567 095, o que representa uma degradação de 35% relativamente a Dezembro de 2013, resultado da acumulação dos prejuízos desde 2008. Neste sentido, o Conselho de Administração propõe aos Accionista que sejam tomadas as medidas impostas pelo artigo 137º do código das empresas comerciais.

O passivo não corrente - Destaca – se nesta rúbrica os desembolsos no valor de mESC 129.320, feitas pela Direcção Geral do Tesouro no quadro do empréstimo concedido para reparação do Navio PRAIA D´AGUADA.

O passivo corrente – esta rúbrica apresenta um aumento de 19% relativamente ao ano anterior, totalizando o montante mESC 521 958, sendo a principal razão o aumento dos juros obrigacionistas em atraso (mESC 254.190, mESC 190.526 em 2013).

12. Perspectivas de evolução futura

O foco do Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry para o ano 2015 continua a ser, de entre outros, o de:

•Acelerar o processo de operacionalização da unidade PRAIA D´AGUADA, com o objectivo de implementar o seu plano de operações que cobre a maioria das ilhas do arquipélago;

- Com a aprovação da Lei das Concessões, acelerar o processo de contratualização com o Estado de Cabo Verde de uma das Concessões de transporte marítimo inter-ilhas, com base nas discussões, análises, e negociações em curso com a MIEM - DGMT;

- Continuar a mobilizar recursos para o seu equilíbrio financeiro, conjugando os esforços da sua actividade, bem como de parceiros, para a obtenção de melhores fontes de financiamento;

- Mobilizar os Accionistas no sentido de resolver a situação de capital próprio negativo, por forma a credibilizar a empresa no mercado, permitindo o acesso ao contracto de concessão de linhas e fontes de financiamento mais favoráveis;

- Manter as negociações com os obrigacionistas por forma a concretizar uma solução efectiva de pagamento dos juros em atraso, com base na evolução perspectivada do negócio, com as concessões;

- Reorganizar a empresa e sua estrutura funcional para responder, efectivamente, as necessidades de funcionamento, dotando-a de uma organização capacitada e competente, à altura da exigência técnica da sua área de actividade;

- Concluir a elaboração de um conjunto de normativos internos para as diversas áreas de serviço e de gestão dos seus recursos, com vista a introduzir qualidade na gestão dos seus processos;

- Implementar um serviço para carga, próprio, de ou em parceria com terceiros, com vista a ganhos de eficiência e controle, através de operacionalização de espaços de recepção e tratamento de cargas, prestando um serviço de qualidade aos seus clientes;

- Continuar a desenhar medidas, soluções, e práticas, que resultem em melhorias nas operações das suas unidades, bem como dos serviços;

- Manter uma política de racionalização dos gastos;

- Apostar na formação interna como forma de capacitar os efectivos e melhorar os seus índices de performance.

13. Agradecimentos

O Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry manifesta o seu reconhecimento às diversas Entidades e Autoridades, designadamente a ENAPOR, Direcção Geral das Alfândegas, a Agência Marítima e Portuária, e a Polícia Marítima, pelo sentido de colaboração revelado ao longo do ano.

Dirige também, uma palavra de especial agradecimento ao Fiscal Único, aos Accionistas e aos Obrigacionistas, bem como a todos os que, no interior da organização, com o seu empenho tornaram possível o serviço que a Cabo Verde Fast Ferry vem prestando.

A Cabo Verde Fast Ferry agradece, ainda, essencialmente ao Estado de Cabo Verde, aos Clientes e aos Fornecedores, pelo apoio e parceria demonstrados nesta fase crítica da sua existência

14. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o prejuízo apurado no exercício económico de 2014, no valor de mESC 148 263, seja transferido para Resultados Transitados.

Praia, 26 de Maio de 2015

O concelho de Administração

Paiva Jorge do Rosário, Presidente

Nelson Gee Gregor, Administrador

Aniceto João Silva Soares, Administrador

15. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto no código das Sociedades Comercias cada um dos membros do Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry S.A. abaixo identificados, nomeadamente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos do previsto no código das Sociedades Comerciais que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontraram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizadas no seio do Concelho de Administração, as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry S.A. foram elaboradas em conformidades com as normas e princípios contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Cabo Verde Fast Ferry S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2014 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras".

O concelho de Administração

Paiva Jorge do Rosário, Presidente

Nelson Gee Gregor, Administrador

Aniceto João Silva Soares, Administrador

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

BALANÇO		Data de referência	
		31-12-2014	31-12-2013
	Notas		Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Equipamento básico		1 778 323	1 765 934
Equipamento administrativo		3 667	3 003
Equipamentos Transporte		1 426	209
Activos fixos intangíveis			
Programas de computador		-	-
Total do activo não corrente		**1 783 416**	**1 769 146**
Activo corrente			
Andiantamento a Fornecedores		2 100	1 101
Clientes	4	15 844	5 432
Estado e outros entes públicos	5	286	171
Contas a receber	6	15 625	1 872
Activos financeiros detidos para negociação		-	-
Caixa e depósitos bancários	7	12 784	94 961
Diferimentos		297	124
Total do activo corrente		**46 936**	**103 661**
Total do activo		**1 830 352**	**1 872 807**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	8		
Capital realizado		110 000	110 000
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		22 962	22 962
Resultados transitados		(551 794)	(424 878)
Resultado líquido do período		(148 263)	(126 916)
Total do capital próprio		**(567 095)**	**(418 832)**
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**(567 095)**	**(418 832)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	1 875 489	1 851 624
Total do passivo não corrente		**1 875 489**	**1 851 624**
Passivo corrente			
Fornecedores	10	34 794	23 073
Estado e outros entes públicos	5	15 362	14 213
Financiamentos obtidos	9	152 137	158 257
Adiantamentos de Clientes		67	106
Outras contas a pagar	11	299 599	214 362
Diferimentos		20 000	30 003
Total do passivo corrente		**521 958**	**440 015**
Total do passivo		**2 397 447**	**2 291 639**
Total do capital próprio e do passivo		**1 830 352**	**1 872 807**

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 1 DE JANEIRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO 2013

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	PERÍODO		
		2014	2013
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	12	394 965	242 935
Subsídios à exploração	13	10 000	15 000
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		(1 320)	(1 496)
Resultado operacional bruto		**403 645**	**256 439**
Fornecimentos e serviços externos	14	(222 083)	(143 776)
Valor acrescentado bruto		**181 563**	**112 663**
Gastos com o pessoal	15	(74 977)	(66 859)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		164	(922)
Outros rendimentos e ganhos	16	573	40 214
Outros gastos e perdas		(6 064)	(3 698)
Resultado antes de depreciações, amortizações,		**101 258**	**81 398**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	(96 552)	(54 185)
Perdas de Financiamento		-	-
Resultado operacional		**4 707**	**27 214**
Juros e ganhos similares Obtidos	17	576	-
Juros e perdas similares suportados	17	(153 546)	(154 130)
Resultado antes de Impostos		**(148 263)**	**(126 916)**
Imposto sobre o rendimento do período	1.8	-	-
Resultado líquido do período		**(148 263)**	**(126 916)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		**(148 263)**	**(126 916)**
Média Poderada de acções		110.000	80.746
Resultado por acção básico (ESC)	18	(1 348)	(1 572)

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 1 DE JANEIRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO 2013

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2014	2013
Método Indirecto			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(148 263)	(126 916)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		96 552	54 185
Imparidades (perdas/reversões)		(164)	922
Juros e rendimentos similares obtidos		(576)	-
Juros e gastos similares suportados		153 546	154 130
Outros gastos e rendimentos		(573)	(39 894)
Contas a receber (aumentos/diminuições)		(25 115)	5 152
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)		(173)	-
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		19 464	(24 485)
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)		(10 000)	30.000
Outros activos correntes (aumentos/diminuições)			
Outros passivos correntes (aumentos/diminuições)			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		84 697	53 094
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(96 029)	(366 639)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		576	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(95 453)	(366 639)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		103 976	470 202
Outras variações no capital próprio		25 344	
Outras operações de financiamento		12 000	57 734
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(122 795)	(15 900)
Juros e gastos similares		(77 945)	(128 210)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(59 420)	383 826
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)		(70 176)	70 280
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		82 961	12 680
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 784	82 961

CABO VERDE FAST FERRY, SA
SEDE: Plateau - Praia
NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2014 E 30 DE DEZEMBRO DE 2014
E 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)					Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Outras Variações no capital	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2013	1		**51 492**	**1 470**	**(227 998)**	**(196 881)**	**(371 916)**	**(371 916)**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período	4		-	-	-	(126 916)	(126 916)	(126 916)
RESULTADO EXTENSIVO	2		**-**	**-**	**-**	**(126 916)**	**(126 916)**	**(126 916)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital			58 508	-	-	-	58 508	58 508
Outras operações com detentores de capital				21 492	-		21 492	21 492
	3		**58 508**	**21 492**	**-**	**-**	**80 000**	**80 000**
Aplicação de Resultado de ano anterior					(196 881)	196 881		-
			-	**-**	**(196 881)**	**196 881**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DE 31-12-2013	1+2+3+4		**110 000**	**22 962**	**(424 878)**	**(126 916)**	**(418 832)**	**(418 832)**
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2014	1		**110 000**	**22 962**	**(424 878)**	**(126 916)**	**(418 832)**	**(418 832)**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período	4		-	-	-	(148 263)	(148 263)	(148 263)
RESULTADO EXTENSIVO	2		**-**	**-**	**-**	**(148 263)**	**(148 263)**	**(148 263)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital				-	-		-	-
	3		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aplicação de Resultado de ano anterior					(126 916)			
			-	**-**	**(126 916)**	**-**	**-**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DE 31-12-2014	1+2+3+4		**110 000**	**22 962**	**(551 794)**	**(148 263)**	**(567 095)**	**(567 095)**

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Informação Geral

A Cabo Verde Fast Ferry, SA (adiante designada por Cabo Verde Fast Ferry ou Sociedade), foi criada em Julho de 2008. O capital social da Sociedade, totalmente realizado no montante de mESC 110 000, é detido por entidades privadas e públicas (ver Nota 8).

O objecto social da Cabo Verde Fast Ferry, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da actividade de exploração de navios próprios de comércio de transporte marítimo, de mercadorias e passageiros.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 26 de Maio de 2015.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações

Os activos fixos tangíveis compreendem (i) três barcos ("KRIOLA", "LIBERDADI" e "PRAIA D´AGUADA"), o último se encontram em curso, expressos ao (a) custo de construção, acrescido dos respectivos encargos financeiros e outros gastos, nos casos de "KRIOLA" e "LIBERDADI", e (b) ao valor de aquisição, acrescido de encargos adicionais, no caso do Praia D'Aguada, e (ii) equipamentos administrativos e de transporte, expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquidos das respectivas depreciações acumuladas (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provado que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o gasto do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Depreciações

Os navios Kriola e Liberdadi entraram em operação em Janeiro de 2011 e Abril de 2014, respectivamente, e estão sendo depreciados pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, ao longo de um período de 17

anos (Taxa anual de 5.88%), o qual reflecte razoavelmente a sua vida útil estimada segundo a construtora, DAMEN.

As depreciações dos equipamentos administrativos e de transporte são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas de 12.5% e 20%, respectivamente, reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

1.2 Activos intangíveis e amortizações

Representam o software informático, totalmente amortizado pelo método das quotas constante num período de 3 anos.

1.3 Imparidade de Activos

Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4 Contas a receber de Clientes e de Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média do mercado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 7).

1.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.6 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital

1.7 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respectivos gastos de transacção, quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e integram o custo dos barcos que financiam durante o período de construção. Após esse período são contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.8 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

A Sociedade obteve o Certificado do Investidor Externo, o qual confere determinados incentivos e facilidades previstos na Lei para o respectivo sector de actividade, marítimo no caso o, nomeadamente a isenção do Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) durante um período de cinco anos (2011 a 2015).

Findo o período de isenção, a Sociedade ficará abrangida pela Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro de 2015, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência. Usufruindo de isenção de 100% nos cinco (5) primeiros anos, os prejuízos fiscais dos exercícios de 2009 a 2014 não geram impostos diferidos activos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2010 a 2014 podem vir a ser corrigidos.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.9 Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado (i) que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efectuadas as transacções com o estrangeiro, (ii) as vendas e compras são efectuadas em Escudos e (iii) os financiamentos expressos em Escudos.

1.10 Risco de taxa de juro

Cerca de 80% dos empréstimos vencem juros à taxa fixa, pelo que a Sociedade apenas será penalizada se as taxas de juro do mercado baixarem, o que não se perspectiva.

Um dos empréstimos vence juros à taxa variável, encontrando-se, por isso, a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. No entanto, existe a possibilidade de no início de cada período de contagem dos juros se optar por uma taxa fixa. Não existem "swaps" de taxas de juro.

1.11 Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	mESC	
	2014	**2013**
Fundo de Maneio (Capital Permanente - Activo Fixo Ñ Corrente)	(475 022)	(336 354)
Necessidades Cíclicas de exploração	33 855	8 576
Recursos Cíclicos de exploração	50 222	37 393
Necessidades Cíclicas - Recursos Cíclicos	(16 368)	(28 817)
Tesouraria Activa	13 081	95 085
Tesouraria passiva	471 736	402 623
Tesouraria Líquida (Tesouraria Activa - Tesouraria passiva)	**(458 655)**	**(307 537)**

Conforme evidenciado acima, em 2014, a tesouraria da Sociedade continua a ser negativa e com uma evolução desfavorável.

A Sociedade espera suprir as suas necessidades de tesouraria em 2015 com (i) a operacionalização da embarcação Praia D'Aguada, o que permite alargar a base de receitas, (ii) reforço do fundo de maneio através de entrada de Capitais Permanentes, preferencialmente pela via dos Capitais Próprios, (iii) negociação com os obrigacionistas institucionais de referência no sentido de transformar os juros vencidos na ordem dos mESC 199 502 em financiamento de médio prazo, (iv) recurso a financiamentos adicionais, (v) manutenção do apoio financeiro por parte dos accionistas, com especial destaque para o Estado, e (vi) garantir por parte do Estado a atribuição de uma das concessões definidas no quadro dos estudos de reestruturação do sector.

1.12 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como proveito do exercício, independentemente do transporte ter sido ou não efectuado, dado que, regra geral, os bilhetes são utilizados nas viagens para que foram emitidos.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efectuadas.

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

As transacções foram efectuadas essencialmente em Euros, cuja paridade face ao Escudo é fixa. Existindo transacções em outra moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, actualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais, são reconhecidas nos resultados.

1.14 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras Contas a pagar (ver Nota 11) e Outras Contas a receber (ver Nota 6).

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a pagar (ver Nota 11).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.16 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias actuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os 3 meses. Adicionalmente consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações Financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo, obtidos ou concedidos de Bancos ou de participantes de capital.

3. Activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas são como se segue:

	Equipamento Básico			Equipamento transporte	Equipamento adiminis-trativo
	Em curso	Firme	Total		
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2013					
Valor de aquisição	888 281	900 114	1 788 395	348	4 322
Depreciação acumulada	0	(105 894)	(105 894)	(70)	(1 366)
Valor liquido	**888 281**	**794 220**	**1 682 501**	**279**	**2 956**
VARIAÇÕES EM 2013					
Valor liquido inicial	888 281	794 220	1 682 501	279	2 956
Aquisições	136 684	-	136 684	-	906
Depreciação do exercicio	-	(53 250)	(53 250)	(70)	(859)
Valor liquido	**1 024 965**	**740 969**	**1 765 934**	**209**	**3 003**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Valor de aquisição	1 024 965	900 114	1 925 078	348	5 229
Depreciação acumulada	-	(159 144)	(159 144)	(140)	(2 225)
Valor escriturado	**1 024 965**	**740 969**	**1 765 934**	**209**	**3 003**
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2014					
Valor liquido inicial	1 024 965	740 969	1 765 934	209	3 003
Transferências	(945 770)	945 770	-		
Aquisições	106.491	952	107 443	1 608	1 771
Depreciação do exercicio	-	(95 054)	(95 054)	(391)	(1 107)
Valor liquido	**185 686**	**1 592 638**	**1 778 323**	**1 425**	**3 667**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
Valor de aquisição	185.686	1.846.836	2.032.521	1.956	6.999
Depreciação acumulada	-	(254 198)	(254 198)	(531)	(3 332)
Valor escriturado	**185 686**	**1 592 638**	**1 778 323**	**1 425**	**3 667**

Em 2014, as adições em Equipamento Básico relacionam-se com os gastos de reparação do navio Praia d´aguada (mESC 106 491) e com a embarcação "LIBERDADI" (mESC 952).

As transferências de mESC 945 770 referem ao custo atribuído ao navio "LIBERDADI" recepcionado em Março de 2014 e que entrou em operações em Abril de 2014.

As adições em Equipamento administrativo, no montante de mESC 1 771 (2013: mESC 3 003) compreendem aquisição de mobiliário diverso e equipamentos para escritório. As adições em Equipamento de transporte (mESC 1 608) dizem respeito à aquisição de uma viatura.

Em 2013, as adições de mESC 136 684 em Equipamento em curso relacionam-se, essencialmente, com o registo da embarcação "PRAIA D´AGUADA" (mESC 80 000) e outros custos relacionados com a mesma embarcação (Seguros e Honorários diversos), bem como encargos com o transporte do Navio "LIBERDADI" para Cabo Verde, no valor de mESC 55 132. Assim, o saldo de mESC 185 685 de Equipamento básico em curso relaciona-se com o navio Praia D'Aguada e compreende mESC 80 000 referentes ao custo atribuído ao navio e mESC 105 685 relativos a gastos com a sua reparação.

Os activos tangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, conforme se refere na Nota 9.

4. Clientes

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2014	**2013**
Instituções públicas	6 267	2 093
Outras	5 674	1 682
Partidos políticos (PAICV)	1 744	1 560
TACV	1 111	-
Ímpar CV	1 076	288
	15 872	**5 624**
Imparidade de dívidas de Clientes	(28)	(192)
	15 844	**5 432**

As perdas por imparidade acumuladas no exercício de 2014 foram revertidas em mESC 164, referentes à recuperação de um saldo anteriormente considerado em imparidade. O saldo em 31 de Dezembro de 2014, inferior ao limite máximo aceite para fins fiscais, é considerado adequado face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

5. Estado e outros entes públicos

O saldo devedor de mESC 286 (mESC 171 em 2013) compreende, essencialmente, retenção na fonte de imposto sobre rendimentos sobre juros de obrigações e de depósitos a prazo.

O saldo credor de mESC 15 362 (2013: mESC 14 213) compreende, essencialmente, mESC 8 467 (2013: mESC 7 236) de retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal e mESC 4 737 (2013: 5 381) de contribuições da Sociedade para a previdência social, dos quais mESC 7 887 e mESC 3 736, respectivamente, se encontram em mora à data do balanço, e mESC 2 106 referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado a pagar ao Estado, relativo ao mês de Dezembro de 2014.

6. Outra contas a receber

	mESC	
	2014	**2013**
Ministério das Infrastruturas	11 896	33
Agências de viagem	4 423	2 533
Outras	35	35
	16 355	**2 602**
Imparidade de dívidas a receber	(730)	(730)
	15 625	**1 872**

Agências de viagem

O saldo representa valores a receber pela venda de bilhetes de passagem, já deduzidos das comissões.

Ministério das Infraestruturas

A Sociedade celebrou, em Dezembro de 2010, com o Estado de Cabo Verde, representado pelo Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações um Contrato de Concessão da Exploração do Serviço Público de Transporte Marítimo nas Linhas Praia/Vale de Cavaleiros/Furna e Praia/Porto Inglês que se rege pelas seguintes cláusulas principais:

(i) A prestação do serviço não será em regime de exclusividade mas sim em competitividade com outros operadores

(ii) Prazo de concessão de cinco anos

(iii) Obrigação de efectuar cinco viagens semanais

(iv) Manter regularizadas as obrigações perante os seus trabalhadores, Estado, Autarquias locais, Instituições de Segurança Social e outras pessoas colectivas de direito público

(v) Manter as contas sempre actualizadas e auditadas

(vi) As tarifas a cobrar pelo serviço prestado deverão ser fixadas pela Entidade Reguladora

(vii) Pelo eventual prejuízo advindo das obrigações do serviço público, o Estado concede à Sociedade, durante cinco anos (de 2011 a 2015) uma indemnização compensatória até um valor máximo anual de, respectivamente, mESC 40 000, mESC 30 000, mESC 15 000, mESC 10 000 e mESC 5 000, pagos mensalmente.

(viii) O incumprimento pela Sociedade das suas obrigações está sujeito a multas que variam entre mESC 50 e mESC 500.

(ix) O Estado pode resgatar a concessão desde que os motivos de interesse público o justifiquem.

Os subsídios de 2014, no montante de mESC 10 000, foram pagos antecipadamente pelo Estado de Cabo Verde.

Pesem embora alguns incumprimentos, não é expectável o resgaste da concessão e o reembolso dos subsídios pagos pelo Estado, tendo em conta as negociações havidas.

O saldo em 2014 corresponde ao acréscimo de rendimentos pelo reconhecimento em Dezembro de 2014 de um contrato de afretamento assinado com o Estado no sentido de se fazer duas viagens extras semanais para aumentar a frequência das ligações com a ilha do Fogo por via marítima, devido a suspensão temporária das ligações aéreas, enquanto prevaleceu a situação de contingência da referida ilha derivada da erupção vulcânica.

7. Caixa e depósitos bancários

	mESC	
	2014	**2013**
Caixa	1 601	382
Depósitos a ordem		
Banco do Tesouro	5 263	-
Caixa Económica de Cabo Verde	3 224	75 322
Banco Africano de Investimentos	1 385	3 366
Banco Interatlântico	864	786
Banco Comercial do Atlântico	244	2 968
Banco Caboverdiano de Negocio	160	138
	11 139	**82 580**
Depósitos a prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	44	12 000
	12 784	**94 961**

O depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde, vence juros à taxa anual de 3,75 %.

Em 2013, a diferença de mESC 12 000 entre o saldo acima de mESC 94 961 e o saldo de mESC 82 961 evidenciado na Demonstração dos fluxos de caixa, no valor de mESC 82 961, representa o valor do depósito a prazo penhorado no âmbito de um empréstimo contraído junto da Caixa Económica

8. Capital próprio

Os movimentos registados em 2014 e 2013 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital próprio em 31 de Dezembro de 2014 é negativo em mESC 567 095 (2013: negativo em mESC 418 832). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração, através do seu relatório de gestão, propõe aos accionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral de 19 de Dezembro de 2013, decidiram os accionistas da CVFF, em face da não materialização da realização da parte remanescente do capital social da Sociedade, aceitar a subscrição pelo Estado de Cabo Verde de 53,19% do capital social da CVFF, pelo montante de mESC 58 508, através de incorporação do navio "Praia D'Aguada", cujo valor resultante da avaliação apresentada pelo Estado, deduzido de um desconto de 21,57%, ascende a mESC 80 000. A diferença entre os dois valores atrás referidos (mESC 21 492) deverá ser igualmente convertida em capital, conforme deliberação tomada em Assembleia Geral e Resolução do Conselho de Ministros, razão pela qual se encontra registada em Instrumentos de capital próprio.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 na rúbrica de Resultados transitados corresponde ao resultado líquido do exercício de 2013.

9. Financiamentos obtidos

		2014			2013		
		Correntes	Não correntes	Total	Correntes	Não correntes	Total
Mercados de Valores Mobiliários -	**A**						
Empréstimos por obrigações							
Banco Africano de Investimentos		-	529.992	529.992	-	529.019	529.019
Caixa Económica de Cabo Verde		-	434.241	434.241	-	433.327	433.327
Banco Comercial do Atlântico		-	284.047	284.047	-	282.139	282.139
Banco Interatântico		-	152.958	152.958	-	152.958	152.958
Banco Caboverdiano de Negócios		-	39.475	39.475	-	39.403	39.403
Obrigações vendidas após subscrição inicial		-	9.975	9 975	-	9.957	9 957
		-	1.450.688	1 450 688	-	1.446.803	1 446 803
Empréstimos bancários							
Rabobank	B	102.837	229.459	332.296	79.840	294.179	374.019
Caixa Económica de Cabo Verde							
Financiamento - mESC 80 000	C	19.023	11.911	30.934	17.392	30.934	48.325
Financiamento - mESC 70 000	D	12.262	46.266	58.528	10.631	59.369	70.000
Descoberto Bancário		-	-	-	1.000	-	1.000
		31.286	58.177	89.462	29.022	90.303	119.325
Outros empréstimos							
Banco do Tesouro	E	-	129.320	129.320	-	-	-
Damen	F	18 014	7 845	25 859	49 394	20 339	69 734
		152.137	**1.875.489**	**2.027.626**	**158.257**	**1.851.624**	**2.009.881**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	Tesouro	CECV	Rabobank	Damen	Obrigacionista
2016 - 2017	36 992	40.320	151.109	7.845	-
2018 - 2019	51 695	17.857	78.351	-	1 450 688
Mais 2019	40 632	-	-	-	-
Total	129 320	58 177	229 459	7 845	1 450 688

A. Mercados de Valores Mobiliários – Empréstimo obrigacionista

A Sociedade procedeu, em 2009, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, subscritas pelos bancos identificados. Na ocasião foram subscritas 1 300 000 obrigações, tendo sido posteriormente e até à presente data vendidas mais 152 957 obrigações, pelo que se encontram ainda por realizar 47 043 obrigações.

O saldo do empréstimo obrigacionista resulta do valor total das obrigações emitidas e realizadas, deduzidos dos respectivos encargos com a emissão, como segue:

Banco	Saldo em 31.12.12	Custos amortizados em 2013	Saldo em 31.12.13	Custos amortizados em 2014	Saldo em 31.12.14
Caixa Económica de Cabo Verde	528 046	973	529 019	973	529 992
Banco Africano de Investimentos	432 413	914	433 327	914	434 241
Banco Comercial do Atlântico	280 230	1908	282 139	1908	284 047
Obrigações vendidas após subscrição inicial	152 958	-	152 958	-	152 958
Banco Interatântico	39 331	72	39 403	72	39 475
Banco Caboverdiano de Negócios	9 939	18	9 957	18	9 975
	1 442 918	3 867	1 446 803	3 867	1 450 688

Os principais termos e condições do empréstimo segundo o último acordo resumem-se como segue:

(i) Maturidade: inicialmente de seis anos, entretanto alargado por mais quatro anos, conforme deliberação da Assembleia Geral de Obrigacionistas de Março de 2012, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

(ii) Taxa de juro nominal fixa de 7.5% (2013 a 2014), 8.75% (2015) e 10% (2016 a 2019).

(iii) O pagamento de juros efectuar-se-á semestral e postecipadamente.

(iv) Destinam-se à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no País.

(v) A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do último cupão.

(vi) O empréstimo tem subjacente a hipoteca, de primeiro grau, sobre os barcos a adquirir, a favor do representante comum dos obrigacionistas.

(vii) O empréstimo obrigacionista tem ainda subjacente um Acordo de recompra dos Navios, emitido pela DAMEN Shipyard, nos termos do qual o preço de recompra será de 40% ou 30% do preço de aquisição, conforme essa decorra nos três ou quatro anos seguintes à entrega do navio, respectivamente. A Sociedade deverá ainda suportar os custos relacionados com a diferença de condições do casco e maquinaria dos navios entre a entrega e reexpedição, determinada por um perito e uma comissão de 0,25% sobre preço de aquisição por ano a pagar à DAMEN, durante o período de resgate.

(viii) Além dos barcos, todos os activos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, cujo saldo contabilístico total à data do balanço ascende a mESC 1 769 145.

Estima-se em cerca de mESC 134 652 o encargo financeiro com as obrigações em 2015.

B. RABOBANK - Cooperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleekbank B.A

Representa o valor do empréstimo equivalente a 3 400 000 Euros (equivalente a mESC 374 901) obtido em Setembro de 2013, destinado a financiar parte da dívida à DAMEN relativa à construção do navio "LIBERDADI", os juros de mora e parte do custo com a estadia do navio em Singapura. O desembolso daquele montante ocorreu em Dezembro de 2013, pagos directamente à Damen, tendo na mesma data sido também pago o prémio de seguro directamente a ATRADIUS DUTCH STATE BUSINESS no valor de 220 386,54 Euros (equivalentes a mESC 24 301), os quais representam encargos com a emissão do empréstimo. Serão, anualmente, ao longo do período de reembolso do empréstimo acrescidos ao capital mutuado, a título de custo amortizado.

O empréstimo vence juros à taxa Euribor 6 meses mais 2.4% e é reembolsável em 10 semestres consecutivos de capital, no montante de 362 038 Euros. O valor reembolsado em 2014 ascendeu a mESC 41 723, pelo que mESC 38 117 se encontravam vencidos à data do balanço.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

C. Caixa Económica de Cabo Verde – mESC 80 000

Corresponde à parcela remanescente de um empréstimo, no montante de mESC 80 000, concedido em Agosto de 2011, e mESC 15 378 em 2012 para financiamento de tesouraria. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável, nos termos renegociados, em 47 meses (inicialmente 3 anos).

O empréstimo encontra-se garantido por aval de três accionistas.

D. Caixa Económica de Cabo Verde – mESC 70 000

Representa o valor do empréstimo concedido em Dezembro de 2013, destinado a financiar futuros investimentos. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável em 60 prestações mensais de capital e juros, no montante total de mESC 1 453, com início em Janeiro de 2014.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde e suplementarmente por penhor do depósito a prazo no valor de mESC 12 000, por um período de 6 meses.

E. Estado de Cabo Verde (Tesouro)

Corresponde ao empréstimo concedido pelo Estado de Cabo Verde (Banco do Tesouro) para reparação do Navio Praia D´Aguada. Vence juros à taxa anual de 2.7% e é reembolsável em 10 prestações semestrais de capital e juros, com um período de diferimento de 2 anos.

F. DAMEN

Corresponde à linha de crédito concedida pela DAMEN, destinada a regularizar a totalidade da dívida relacionada com o navio "LIBERDADI". Vence juros à taxa anual de 7%, sendo reembolsável em 25 prestações mensais.

10. Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2014	2013
Enacol	11 159	8 389
Outras	10 480	6 202
Vivo Energy	4 885	1 500
Enapor	3 731	2 615
CV Telecom	2 322	3 475
AMP (Agência Marítimo e Portuário)	1 830	506
PwC	386	386
	34 794	**23 073**

Os saldos a pagar à ENACOL e VIVO ENERGY são devidos pelo fornecimento de combustíveis ao navio "KRIOLA" e "LIBERDADI".

A dívida a pagar à ENAPOR e AMP relaciona-se com serviços portuários prestados à Sociedade.

O saldo a pagar à CV Telecom relaciona-se com serviços de comunicação.

11. Outras contas a pagar

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2014	2013
Juros de empréstimos obrigacionistas a pagar	252 392	190 526
BCV - Bolsa de Valores de Cabo Verde	21 113	17 813
Cabnave	13 888	-
Responsabilidades assumidas para com o pessoal	7 944	2 424
Outras	4 022	3 599
Damen Shipyard - equipamentos	240	-
	299 599	**214 362**

Os juros de empréstimos obrigacionistas a pagar em 2014 compreendem mESC 199 502 (mESC 145 138 em 2013) relativos a juros vencidos e não pagos e mESC 52 890 (mESC 45 388 em 2013) referentes ao efeito da especialização dos juros com referência à data do balanço. Decorrem negociações quanto ao prazo de pagamento dos juros.

Os mESC 21 113 a pagar a BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde resultam do custo com a manutenção e com a custódia das Obrigações escriturais no período desde 2009 até 2014, os quais se encontram vencidos à data do Balanço.

Os mESC 13 888 a pagar a CABNAVE correspondem a trabalhos de reparação do navio "PRAIA D´AGUADA" e do navio "LIBERDADI".

12. Vendas e prestação de serviços

	mESC	
	2014	2013
Passagens	235 084	146 883
Carga	144 081	92 025
Afretamentos (ver nota 6)	11 896	-
Vendas a bordo	2 578	2 637
Publicidade	1 872	1 872
Serviços secundários	389	116
	395 899	**243 533**
Devolução de passagens e carga	(934)	(598)
	394 965	**242 935**

Em 2014 foram transportados um total de 116 626 passageiros (60 388 passageiros em 2013) e 34 030 toneladas de carga (24 129 toneladas em 2013).

13. Subsídios à exploração

Conforme se refere na Nota 6, o saldo desta rubrica representa o subsídio referente ao exercício de 2014 atribuído pelo Estado Cabo Verde (2013: mESC 15 000).

14. Fornecimentos e serviços externos

	mESC	
	2014	2013
Combustível e outros fluídos (i)	139.535	78.928
Serviços de portos (ii)	35.252	21.127
Renda e Alugueres (vii)	10.476	7.358
Comissões a Intermediários (vi)	8.111	4.498
Conservação e Reparação (iii)	4.194	3.530
Seguros	4.132	2.227
Honorários (iv)	3.162	3.062
Deslocações e Estadas	2.399	1.505
Vigilância e Segurança (v)	2.284	9.714
Estudos e Pareceres	1.870	1.746
Comunicação	1.803	1.529
Electricidade	1.473	1.156
Serviços de Informática	1.444	1.263
Outros Fornecimento	1.162	1.094
Água	1.014	768
Outros Inf. mESC 1000	3.770	4.272
	222.083	**143.776**

(i) Relacionam-se essencialmente com fornecimentos de combustível para os navios "KRIOLA" e "LIBERDADI" efetuados pela Enacol e Vivo Energy. O aumento do saldo face ao exercício anterior deve-se à operacionalização do Navio "LIBERDADI" a partir de Abril de 2014 e à introdução de novas rotas.

(ii) O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, taxas portuárias facturadas pela Enapor e Agência Marítima e Portuária. O aumento desta rubrica face a 2013 é justificado pela entrada em operações do navio "LIBERDADI".

(iii) Referem-se aos gastos de manutenção e conservação dos navios "KRIOLA e "LIBERDADI".

(iv) O saldo inclui essencialmente valores referentes à assessoria de gestão no valor de mESC 615 (mESC 600 em 2013), assessoria legal no montante de mESC 600 (mESC 600 em 2013) e serviços relacionados com a substituição de férias dos tripulantes no valor de mESC 1 947 (2013: mESC 1 087).

(v) Esta rubrica regista os gastos relacionados com vigilância e segurança nos navios. A diminuição do saldo deve-se à suspensão, em Novembro de 2013, da cobrança da estadia do "LIBERDADI" nos estaleiros da DAMEN, a qual ascendeu a mESC 7 912.

(vi) Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões de vendas às agências de viagem pela venda de bilhetes.

(vii) O saldo desta rubrica inclui (a) as rendas dos escritórios da Sede e dos Portos, no montante de mESC 4 003 (2013: mESC 3 334); o aumento do saldo nesta rúbrica deve-se ao arrendamento de novos espaços para escritórios em Santo Antão e São Vicente (mESC 418) e casas para estadia dos tripulantes do navio "LIBERDADI" em Santo Antão (mESC 503); (b) aluguer de meios de transporte para consolidação das cargas avulsas, tanto para zona norte como para zona sul, no valor de mESC 5 061 (2013: mESC 2 880), e (c) aluguer de equipamentos da Enapor, no valor de mESC 1 411 (2013: mESC 1 124).

15. Gastos com o pessoal

	mESC	
	2014	**2013**
Ordenados e salários	64 689	52 524
Encargos sobre remoneração	6 878	6 443
Outras despesas com o pessoal	3 411	7 892
	74 977	**66 859**
Número médio no final do ano	49	40
Número de empregados no final do ano	61	36

O aumento do saldo de Ordenados e salários justifica-se pelo aumento do número de funcionários, imposto pelo início das operações do LIBERDADI na zona norte.

A rubrica de Outras despesas com o pessoal compreende, essencialmente, (i) seguros de acidentes de trabalho no valor de mESC 1 541 (mESC 1 946 em 2013) e (ii) encargos com término de contratos de alguns funcionários, no valor de mESC 1 515 (2013: mESC 4 073).

16 Outros rendimentos e ganhos

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC 549 resultante dos descontos de pronto pagamento obtidos. Em 2013 compreendia, essencialmente, mESC 39 894 resultante do acordo celebrado com a Damen, o qual configurou perdão de uma parcela da dívida relacionada fundamentalmente com os juros de mora debitados pelo atraso na liquidação das faturas

17. Juros e perdas similares suportados

Compreendem, essencialmente juros de financiamentos obtidos, sendo (i) mESC 120 318 (em 2013: mESC 112 818) referentes a juros do empréstimo obrigacionista (9º, 10º e especialização do 11º cupão), incluindo o custo de emissão referente a 2014 no valor de mESC 3 885, (ii) mESC 9 257 (2013: mESC 5 021) referentes a juros de empréstimo da Caixa Económica de Cabo Verde, (iii) mESC 18 473 (2013: mESC 29 992) referentes a juros de empréstimo de Rabobanck, (iv) mESC 2 193 referentes a juros da linha de crédito da DAMEN e (v) mESC 3 300 (2013: mESC 3 300) referentes à custódia e manutenção anual das obrigações emitidas em 2009 pela Sociedade.

18. Resultado por acção básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado das acções, como segue:

	mESC	
	2014	**2013**
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(148 263)	(126 916)
Numero médio ponderado de acções	110 000	80 746
Resultado por acção básico (ESC)	**(1 348)**	**(1 572)**

19. Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

Os acréscimos e diferimentos tiveram a seguinte decomposição:

	mESC	
	2014	**2013**
Acréscimo de gastos		
Juros de empréstimos Obrigacionistas	52 890	45 388
Acréscimo de férias e Subsídio de férias	7 913	2 424
Honorários de exame às contas e fiscal único	2 146	1 720
Outros Acréscimos Exerc.	455	322
	63 403	49 854
Gastos a reconhecer	297	124
Rendimentos a reconhecer	20 000	30 003

Os mESC 20 000 em 2014 de rendimentos a reconhecer correspondem ao adiantamento recebido da D.G. do Tesouro, a título de subsídio de 2015 pela exploração das novas linhas a serem feitas pelo Liberdadi.

20. Garantias

Além das referidas nas Notas 3 e 9, não existem outras garantias prestadas pela Sociedade.

21. Partes relacionadas

As transacções ocorridas em 2014 e 2013 entre a Sociedade e partes relacionadas (no caso, os accionistas) referem-se a suprimentos concedidos (ver Nota 9).

As remunerações do Conselho de Administração ascenderam a mESC 11 340 (2013: mESC 11 340).

22. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências.

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

23. Eventos subsequentes

Não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

III. PARECER DO FISCAL UNICO

pwc

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Sociedade e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos. Em particular, alertamos os Acionistas para o facto da Sociedade apresentar um capital próprio negativo, pelo que recomendamos que sejam tomadas medidas para ultrapassar esta situação.

3 Como consequência do exame de auditoria, emitimos o respetivo Relatório de Auditoria, em anexo, sem reservas e com uma ênfase.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços, somos do parecer que:

i) seja aprovado o relatório de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

28 de maio de 2015

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia

pwc

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry, S.A. (adiante designada por Cabo Verde Fast Ferry ou Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1 830 351 milhares de Escudos (mESC) e um total de capital próprio negativo de mESC 567 095, incluindo um resultado líquido negativo de mESC 148 264), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

o

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Cabo Verde Fast Ferry, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Rua Andrade Corvo, 17 - 1º Dtº, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, cumpre-nos realçar que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas segundo o princípio da continuidade normal das atividades da Sociedade no futuro próximo. Contudo, a situação económico-financeira da Sociedade naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

(a) Conforme referido na Nota 8, o capital próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2014 apresenta o valor negativo de mESC 567 095. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração proporá aos acionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode qualquer acionista ou credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto aquela situação se mantiver.

(b) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mESC 44 500, é manifestamente insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo, de cerca de mESC 500 000.

(c) Os encargos financeiros anuais com obrigações emitidas, ascendem a cerca de mESC 130 000 (ver Nota 9).

Neste contexto, a continuidade das operações da Sociedade está dependente do continuado apoio financeiro do Estado de Cabo Verde e dos restantes acionistas e obrigacionistas e da melhoria da sua rentabilidade operacional, com a consolidação das operações de dois barcos e a entrada em operações de um terceiro barco.

28 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia

Carlos Manuel Sim Sim Maia